INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 05/04 A 09/04



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

Após a reforma ministerial da última semana, que trocou os titulares de seis pastas do primeiro escalão do governo, era esperado que o clima entre congresso e executivo melhorasse, mas novos fatores passaram a intervir nesse cenário, como a questão orçamentária. Após a aprovação do orçamento de 2021 pelo Congresso, especialistas apontaram que o texto aprovado é inexequível, com subestimação de gastos obrigatórios, o que pode forçar o contingenciamento de grandes valores e levar até mesmo ao "*shutdown*" do governo federal, *quando este não pode repassar verba para seus órgãos e serviços,* sem recursos para o funcionamento regular. O relator do orçamento, sen. Márcio Bittar, se movimenta para liberar 10 bilhões de reais das emendas parlamentares em recursos para o governo e aliviar a situação incômoda que foi gerada.

Além disso, com a nomeação de mais um deputado federal para o primeiro escalão, desta vez a dep. Flávia Arruda (PL/DF) para a Secretaria de Governo da Presidência, a indisposição de parte do Senado Federal com o governo aumenta, uma vez que nenhum senador foi nomeado para cargos de alto nível no Executivo desde a posse de Bolsonaro, e hoje quatro deputados são titulares de ministérios.

Em entrevista ao Estadão no domingo (04), o presidente do BCB alertou quanto a incerteza fiscal relacionado ao Orçamento aprovado pelo Congresso e que aguarda Sanção Presidencial, dificilmente a solução será contábil, mas política, com uma possível decretação de um novo estado de calamidade pública.

Essa semana inicia o pagamento do auxílio emergencial. Mas tanto as medidas de acesso ao crédito às microempresas, médias e grandes, como as medidas de flexibilizações trabalhistas para enfrentamento da pandemia

da covid-19 dependem da sanção em Lei do Orçamento pelo Presidente da República para serem implementadas.

No Congresso Nacional, a expectativa é que a pauta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal continue focada em proposições voltadas para o combate à pandemia.

Na Câmara se espera que o plenário continue a votação do PL 1011/2021, que inclui categorias como caminhoneiros entre as prioridades de vacinação, e que se forme acordo para deliberação do PL 948/2021, que altera as regras para a aquisição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Nas comissões agendadas para terça, quarta e quinta-feira as proposituras pautadas estão em torno de medidas para enfrentamento da pandemia quanto aos impactos nas relações trabalhistas, consumeristas e nos segmentos empresariais.

Enquanto isso, no Senado entre os projetos que devem constar na pauta do Plenário está, o PL 639/21, que adia para 31 de julho o prazo para entrega da declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física em 2021. E também a PEC 04/21 batizada de PEC Major Olímpio em homenagem ao senador que faleceu em março, vítima de covid-19, essa proposta institui imunidade tributária por cinco anos para vacinas.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERÇA-FEIRA (06)

9h30 - Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP)

REQ 15/2021 - Do dep. Paulo Ramos (PDT/RJ) , que requer a realização de audiência pública para debater as dificuldades que os trabalhadores têm enfrentado em virtude dos efeitos da pandemia de covid-19 sobre suas rotinas laborais.

PLP 348/2013 - do Sr. Laercio Oliveira - que "altera a Lei

Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006". Explicação: Dispensa as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal em processos trabalhistas.
RELATOR: Deputado LUCAS GONZALEZ.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.
Posicionamento: A Favor do Parecer; A Favor do Projeto

13h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PL 1113/2020 - que " Dispõe sobre a inclusão do Corona Virus (COVID-19) como doença grave que isenta os segurados do Regime Geral de Previdência Social - RPGS do cumprimento da carência para concessão dos benefícios de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez."
Autores: Rodrigo Coelho - PSB (SC)
Relator: Dep. Alê Silva (PSL-MG)
Parecer: Pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.133, de 2020, do Projeto de Lei nº 2.933, de 2020 e do Projeto de Lei nº 3.480, de 2020, na forma das Emendas.
Posicionamento: Contra o Parecer; Contra o Projeto

PL 4528/2020 - que " Estabelece normas para facilitar o acesso ao crédito com o objetivo de mitigar os impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19."
Autores: Paulo Rocha - PT (PA)
Relator: Dep. Margarete Coelho (PP-PI)
Parecer: A Proferir
Posicionamento: A Favor do Projeto

PL 7239/2010 - Do sen. Antônio Carlos Valadares (PSB/CE), que acrescenta art. 31-A à Lei 8.987/1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição

Federal, e dá outras providências", para regular a interrupção da prestação de serviço público por inadimplência e inscrição de usuário inadimplente em cadastro público de devedores. O parecer da relatora, dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS), está pendente.

PL 8450/2017 - o Senado Federal - Douglas Cintra - (PLS 635/2015) - que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o oferecimento ao consumidor de data e turno para agendamento de entrega de produto e de prestação de serviço".
RELATORA: Deputada MARGARETE COELHO.
PARECER: a proferir.
Posicionamento: A Favor do Projeto

15h - Plenário da Câmara dos Deputados | Deliberativa

A pauta ainda não foi publicada e deve ser definida ainda nesta terça-feira, 06, os líderes devem se reunir às 9h30 para definição da pauta a ser deliberada.

QUARTA-FEIRA (07)

9h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) | Deliberativa

A pauta será divulgada oportunamente com as proposições remanescentes da pauta anterior.

9h - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

REQ 5/2021 - Do dep. Newton Cardoso Jr (MDB/MG), requer a realização de audiência pública virtual, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, com vistas à discussão acerca dos procedimentos, dos requisitos e das

condições para adesão à transação de tributos federais vencidos no período de março a dezembro de 2020 e não pagos em razão dos impactos econômicos ecorrentes da pandemia da Covid-19, nos termos da Portaria nº 1696, de 10 de fevereiro de 2021, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Foram convidados:
● representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)
● representante do Centro de Altos Estudos da Procuradoria da Fazenda Nacional;
● representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais (PGFN/MG)
● representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB)
● representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
● representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN)
● representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
● representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)
● representante do Serviço Social do Comércio (SESC)
● representante do Serviço Social da Indústria (SESI)
● representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)
● representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
● representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

13h - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)

REQ 7/2021 - Do dep. Zé Neto (PT/BA), requer a realização de reunião de audiência pública para discutir o fomento à recuperação econômica durante a pandemia de Covid-19 e ao desenvolvimento econômico no pós-pandemia.

Foram convidados:

● Paulo Guedes, Ministro da Economia
● Antonio Corrêa de Lacerda, Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon)
● Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
● Márcio Gimene, Presidente da Associação Nacional dos
● Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor)
● Esther Dweck, Professora do Instituto de Economia da UFRJ

REQ 10/2021 - Do dep. Otto Alencar Filho (PSD/BA), que requer realização de reunião de Audiência Pública com o tema “Doing Business – Gargalos do ambiente de negócios no Brasil na visão do Banco Mundial”. Foram convidados:
● Representantes do Banco Mundial no Brasil
● Representantes do Ministério da Economia.

PL 4063/2019 - Do dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para determinar a instauração de inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica sempre que uma empresa ou grupo de empresas controlar um terço ou mais de mercado relevante. O relator, dep. Guiga Peixoto (PSL/SP), apresentou parecer pela aprovação com substitutivo.

PL 3.210/2019 - da Sra. Edna Henrique - que "veda a conferência de produtos em supermercados após a realização do pagamento pelo consumidor".
Relator: Deputado GLAUSTIN DA FOKUS.
Parecer: pela rejeição.
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 448/2019 - do Sr. Igor Timo - que "regulamenta limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual". (Apensado: PL 2255/2019)
Relator: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
Parecer: pela rejeição deste, e do PL 2255/2019, apensado
Orientação: Favoráveis ao Parecer e Contrários ao Projeto de Lei

QUINTA-FEIRA (08)

9h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) | Deliberativa

A pauta será divulgada oportunamente com as proposições remanescentes da pauta anterior.

9h Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) | Deliberativa

PL 786/2019 - Da dep. Flordelis (PSD/RJ), acrescenta o artigo 43-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), "que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para tratar do armazenamento, pelo fornecedor, de dados referentes aos instrumentos de pagamento utilizados pelo consumidor. O parecer do relator, Jorge Braz (REPUBLIC/RJ), é pela aprovação, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda apresentada ao Substitutivo.



PAUTA DO SENADO FEDERAL

TERÇA-FEIRA (06) – 16h – Plenário do Senado

PL 639/2021 - prorroga o prazo para a apresentação da Declaração de Imposto de Renda do exercício de 2021, ano-calendário de 2020.
PL 4815/2019 - ações para prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social.
PL 2083/2020 - determina ao SUS que mantenha programa de atenção à saúde mental para mitigar possíveis efeitos do isolamento social.
PL 2981/2020 - prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda aos trabalhadores da área de saúde e aos contribuintes que perderam o emprego em 2020.

QUARTA-FEIRA (07)

PL 12/2021 - Quebra de patentes no combate à pandemia.
PL 25/2021 - Condutas de infração de plano de imunização e de corrupção em plano de imunização.
PL 1058/2021 - dispõe sobre a prorrogação de medidas de estímulo ao crédito e à manutenção do emprego e da renda.
PL 1106/2020 - prevê a inclusão automática na Tarifa Social de Energia Elétrica para os consumidores de baixa renda.

QUINTA-FEIRA (08)

PEC 4/2021 - Imunidade tributária para vacinas humanas no prazo de cinco ano.
PL 939/2021 - veda o reajuste anual de medicamentos durante Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.
PDL 55/2021 - susta o Decreto nº 10.630/2021, sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 05/04 A 09/04





AGENDA LEGISLATIVA

ALAP. PL 37/2021 (Suspensão do protesto / covid-19) - Dispõe sobre a suspensão, por 90 dias, de realização de novos pedidos de protesto cartorários dos débitos inscritos em dívida ativa, tributária ou não, no âmbito do Estado do Amapá. Aprovado parecer favorável na CCJ.

NOVAS PROPOSITURAS

ALAL. PL 504/2021 - Dispõe sobre a proibição da suspensão de serviços básicos e essenciais de fornecimento de água tratada e energia elétrica por inadimplemento durante crises sanitárias nacionais, inclusive a do coronavírus, Covid-19 no Estado de Alagoas.

ALMG. PL 2598/2021 - Dispõe sobre a proibição de tributos e tarifas no Estado. Apensado ao PL 1637/2020 (Utilities), que aguarda parecer em Plenário e será apreciado em turno único de votação, por acordo de líderes. A justificação do projeto cita a proibição do aumento de taxas cartorárias



ALMT. PL 206/2021 - Acrescenta o § 5º ao artigo 3º da Lei nº 10.496, de 17 de janeiro de 2017, para suspender a promoção de protesto extrajudicial da Certidão de Dívida Ativa, em todo o estado ou áreas específicas, durante o estado de emergência, calamidade pública, sinistros e outros flagelos.

NOTÍCIAS

AMAZONAS. João Luiz (REP) afirma que Leis 'anti-corte de luz' por inadimplência ganham reforço.

PARANÁ. Elio Rusch (DEM) assume mandato de deputado estadual após licença de Maria Victoria (PP).

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa de São Paulo aprova perda temporária de mandato de deputado Fernando Cury (Cidadania).

CEARÁ. Governo prorroga o Estado de Calamidade Pública até 28 de setembro.

SERGIPE. Governo prorroga até dia 22/09/2021 o estado de calamidade pública no estado.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

